

MEMÓRIAS DOCENTES DO ENSINO MÉDIO PORTO-ALEGRENSE SOBRE A DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA

Ânia Chala, Cleusa Maria Gomes Graebin (orient)
UNILASALLE - CANOAS

Resumo

Pesquisa da memória coletiva de dois grupos de docentes de História em relação ao ensino da ditadura civil-militar brasileira, mesclando entrevistas individuais de história oral e o estudo dos livros didáticos. A hipótese inicial supõe uma disputa no enquadramento da memória daquele período.

Palavras-chave: memória coletiva, ensino de história, ditadura brasileira

Área Temática: Ciências humanas

1. Introdução

Nos meses de março e abril deste ano, quando milhares saíram às ruas das capitais brasileiras para protestar contra governo federal, um fenômeno chamou a atenção: o número expressivo de manifestantes que, portando cartazes e gritando palavras de ordem, pedia a volta de uma intervenção militar. Em meio à multidão, jovens que sequer haviam nascido à época da censura e da repressão, mas também adultos e idosos. Embora reconheçamos que o caráter recente dessas mobilizações representa um desafio para interpretações feitas sem o devido distanciamento temporal, cabe questionar por que, passadas cinco décadas do golpe civil-militar que jogou o Brasil em uma ditadura por 21 anos, cidadãos no pleno exercício dos seus direitos clamaram pelo retorno do regime de exceção. O que poderia justificar tal pedido? Que memória coletiva sobre a ditadura possuíam aqueles manifestantes?

Partindo dessas interrogações, fomos buscar elementos para interpretar esse fenômeno e nos ocorreu que boa parte das pessoas presentes nos protestos frequentou ou ainda frequenta instituições de ensino, nas quais certamente recebeu informações sobre a história de nosso país. No entanto, o teor de sua reivindicação instiga-nos a refletir sobre que terá havido nessas aulas. Terá sido minimizado o controle exercido sobre os partidos políticos, as organizações religiosas e as entidades sindicais? Foi esquecida a censura à

imprensa e às manifestações artísticas? Omitiu-se o desrespeito às leis e a brutalidade da repressão aos grupos contrários ao regime militar? Ou nenhum desses fatos amplamente documentados terá permanecido na memória dessa parcela da sociedade brasileira?

De qualquer forma, identificamos um grupo-chave que poderia nos ajudar a encontrar essas respostas: os professores do ensino médio, nível educacional no qual está inserido o estudo da história contemporânea do país. Observando ainda que o sistema brasileiro de ensino comporta uma rede pública e outra privada, consideramos que nossa amostragem deveria abranger estabelecimentos de ambas as modalidades. Nesse sentido, selecionamos duas tradicionais e centenárias escolas porto-alegrenses: o Colégio Estadual Júlio de Castilhos e o Colégio La Salle Dores. O primeiro, reconhecidamente atuante no campo político e o segundo, integrante de uma das maiores redes de ensino privada de nosso estado – ambos preocupados com oferecimento de uma educação voltada para o desenvolvimento de valores humanos.

Nosso propósito é investigar de que modo duas gerações de professores da disciplina de História dessas instituições abordaram no passado e abordam no presente o período da ditadura. O recorte temporal adotado para delimitar a amostra – docentes aposentados que atuaram em sala de aula nos anos 1990 e professores ainda na ativa – tenta estabelecer um polo para comparação, uma vez que o ensino sobre a ditadura na década que se seguiu à redemocratização possivelmente modificou-se ao longo do tempo.

Assim, propomos um estudo da memória coletiva de duas gerações de docentes referente à ditadura civil-militar brasileira e seu ensino nas escolas em que atuaram e/ou ainda atuam. Nossa intenção é focalizar a análise em momentos distintos: os anos 1990, período em que se consolidou a chamada redemocratização e no qual ocorreram as primeiras eleições diretas para a presidência do Brasil, e os dias atuais, quando após a realização de mais um pleito presidencial, uma multidão foi às ruas para pedir o retorno dos militares ao poder. Ao fazer esse recorte, buscamos estabelecer um comparativo entre a época em que os brasileiros voltavam a viver sob um regime democrático, com uma nova Constituição e partidos políticos atuando na legalidade e os dias de hoje, em que a consolidação da democracia convive com o crescimento de movimentos conservadores.

A fim de acessar a memória coletiva desses professores, planejamos partir da análise dos livros de História do nível médio adotados pelas escolas mencionadas na década de 1990 e na atualidade, buscando identificar os pontos em comum e as eventuais discrepâncias dos conteúdos sobre o período ditatorial no Brasil. Na sequência, nos dedicaremos a investigar as vivências pessoais e profissionais das duas gerações de docentes mencionadas, por meio de entrevistas de história oral, buscando aquilo que o sociólogo austríaco Michael Pollack definiu como marcos ou pontos relativamente invariantes, "elementos irredutíveis, em que o trabalho de solidificação da memória foi tão importante que impossibilitou a ocorrência de mudanças" (Pollack, 1992, p. 2).

A geração que lecionava na década de 1990 inclui, provavelmente, indivíduos nascidos nos anos 1960 e 1970, cuja infância e adolescência foram vividas em um ambiente impregnado de experiências pessoais e familiares quanto ao regime militar e aos acontecimentos que o marcaram. Já a geração dos que hoje estão em sala de aula, nascida entre as décadas de 1980 e 1990, é formada por pessoas que tomaram contato com o que ocorreu na época da ditadura somente por meio de relatos publicados em livros, revistas,

jornais ou em outros meios de comunicação. Note-se que, em ambos os casos, estaremos lidando com memórias individuais e também com memórias que não se referem apenas às suas vidas físicas, mas a memórias herdadas.

Entendendo, a partir do que propõe Pollack (idem), que a memória é um fenômeno construído e que as preocupações pessoais e políticas do momento constituem um elemento de sua estruturação – o que também é verdade em relação à memória coletiva – consideraremos os problemas de luta política presentes no trabalho de enquadramento da memória do período ditatorial. Além disso, adotaremos o argumento do mesmo autor, para quem "se é possível o confronto entre a memória individual e a memória dos outros, isso mostra que *a memória e a identidade são valores disputados* [grifo do autor] em conflitos sociais e intergrupais, e particularmente em conflitos que opõem grupos políticos diversos" (Pollack, 1992, p. 5).

Também levaremos em conta as contribuições de Maurice Halbwachs (2003), segundo o qual a memória deve ser entendida, sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, isto é, como um fenômeno construído coletivamente submetido a flutuações, transformações e mudanças constantes. Logo, a memória sempre tem um fundo social, coletivo. Ninguém pode lembrar-se realmente de algo fora do âmbito da sociedade, pois a evocação de recordações é sempre feita recorrendo aos outros, seja a família ou demais grupos.

No caso do estudo que estamos propondo, a hipótese inicial é que existe uma disputa quanto ao enquadramento da memória com relação à ditadura e que, pelo menos pelo que foi possível observar nas manifestações de rua do primeiro semestre deste ano, uma versão que abrande e encobre os abusos contra a cidadania parece estar vencendo o jogo e, conseqüentemente, conquistando espaço e se consolidando na memória coletiva de parte da sociedade brasileira. Se esta é uma leitura possível do que ocorre, o estudo da memória dos professores de História do ensino médio poderia nos fornecer um importante indicador.

2. Referencial Teórico e Trabalhos Relacionados

Pierre Nora nos ensina que tudo opõe memória e história: "A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado" (Nora, 1993, p. 9). No mesmo sentido, ao comparar memória coletiva e memória histórica, Halbwachs sustenta que "a história parece um cemitério em que o espaço é medido e onde a cada instante é preciso encontrar lugar para novas sepulturas" (Halbwachs, 2003, p. 74).

Ao escolhermos tentar interpretar um fenômeno do presente buscando suas origens nos livros didáticos e na memória de duas gerações de professores, aliamos um esforço de levantamento e análise documental que necessitará de metodologias próprias a esse tipo de trabalho, isto é, uma pesquisa das memórias individuais por meio da história oral. No caso das entrevistas com professores pertencentes a duas gerações distintas, que não eram adultos por ocasião do golpe civil-militar de 1964, teremos em mente a afirmação de

Halbwachs, segundo o qual "para confirmar ou recordar uma lembrança não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível" (Halbwachs, 2003, p. 31).

Rouso (2005) traz uma reflexão que julgamos importante para fundamentar nossa pesquisa ao analisar o lugar da história oral ou das fontes orais em uma história da memória: "um indivíduo, quer fale espontaneamente de seu passado e de sua experiência (publicando, por exemplo, suas memórias), quer seja interrogado por um historiador (tornando-se assim testemunha ou ator da história), não falará senão do presente, com as palavras de hoje, com sua sensibilidade do momento, tendo em mente tudo quanto possa saber sobre esse passado que ele pretende recuperar com sinceridade e veracidade" (Rouso, 2005, p. 98).

Por outro lado, Lourenço (2010) ressalta os perigos representados pelo caráter mutável da memória, que leva esta a se construir e reconstruir em cada momento da vida. Conforme a autora, "mesmo assim, é possível pensar que os relatos trazem algo sobre o período analisado. A chave para a interpretação reside em tomar cada depoimento em sua totalidade, buscando não só o que foi dito e desdito, como também o que *não* foi dito. A entrevista e as condições nas quais ela se deu adquirem assim um papel importante neste caso" (Lourenço, 2010, p. 102).

Que distância separa a história da ditadura brasileira documentada nos mais diversos suportes – por exemplo, arquivos públicos ou privados, bibliotecas, arquivos de jornais ou revistas, repositórios digitais, documentários e filmes de ficção – da memória **coletiva** daquele período? Que discrepâncias poderá haver entre a história do período de exceção apresentada nos livros didáticos e a memória dos docentes que a ensinaram?

Acreditamos que esclarecer tais questões poderá auxiliar na compreensão do trabalho de enquadramento da memória quanto aos 21 anos em que a sociedade brasileira viveu sob o regime militar. Até porque, como acentua Pollack, "tal análise pode ser feita em organizações políticas, sindicais, na igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social" (Pollack, 1993, p. 7). Sendo as escolas organizações que contribuem no processo de solidificação social de forma decisiva, pensamos que será pelo estudo das memórias individuais de seus professores que poderemos acessar parte da memória coletiva a respeito da ditadura. Contudo, vale lembrar a advertência do mesmo autor, para quem,

"o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro" (Pollack, 1989, p. 10).

Por fim, teremos como norte em nossa pesquisa a afirmação de Pollack sobre os limites do trabalho de enquadramento de uma memória de grupo, que não pode ser construída arbitrariamente na medida em que necessita satisfazer a certas exigências de justificação.

Entre os trabalhos relacionados até aqui consultados, destacamos o artigo da mestrande Elenice Silva Ferreira do Programa de Pós-graduação em Educação da PUC-Minas, intitulado “História, memória e silenciamentos: relações de poder em uma escola pública durante o período de ditadura civil-militar no Brasil através da memória de professores”; e o texto da doutoranda Elaine Lourenço do PPG em História da USP, intitulado “O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar”. Também ressaltamos o artigo “A memória não é mais o que era”, de Henry Rousso, publicado na coletânea de textos organizada pelas pesquisadoras da Fundação Getúlio Vargas Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado, intitulada Usos & abusos da história oral.

3. Metodologia

Nosso projeto de trabalho elege inicialmente como metodologia a história oral, prática antiga e intimamente ligada aos contos populares e ao universo da comunicação humana. Conforme apontam Matos e Senna (2011), “a História surgiu contada, até constituir-se na escrita do depoimento realizado, das impressões registradas, da legislação disciplinada em sólidas escritas que a legitimam. Tudo isso numa nítida vontade de perpetuar, de maneira mais segura e perene, nosso passado” (Matos & Senna, 2011, p. 97).

Essas mesmas autoras, entretanto, levantam alguns aspectos críticos que envolvem a utilização da fonte oral. O primeiro deles diz respeito à confiabilidade da fonte, pois muitos podem considerar que os depoimentos orais são fontes subjetivas, relativas à memória individual, às vezes falível ou fantasiosa. Nesse sentido, Matos e Senna (idem) mencionam o trabalho de Paul Thompson, em cuja obra intitulada *A voz do passado*, o autor defendeu o uso da metodologia da história oral, ao sustentar que “a evidência oral pode conseguir algo mais penetrante e mais fundamental para a história [...] transformando os ‘objetos’ de estudo em ‘sujeitos’” (THOMPSON, 1992, p. 137 *apud* MATOS & SENNA, 2011, p. 102).

No entanto, o caráter particular ao extremo da entrevista de história oral, como ressalta Alberti (2012), não impede que tomemos esses depoimentos como documentos de uma realidade social. Assim, as entrevistas com os professores de História serão tomadas como registros da realidade do pós-ditadura no Brasil.

Para fugir às eventuais falhas nas memórias individuais de nossos “sujeitos” no estudo em proposição, buscaremos não só comparar seus depoimentos sobre vivências docentes em dois períodos históricos distintos – e com duas gerações de mestres – como também fazer uma análise dos livros didáticos adotados nas escolas nos anos 1990 e nos dias atuais. Na tentativa de constituir maior precisão de registro aos relatos orais, as entrevistas serão gravadas em vídeo e integralmente transcritas. Conforme Alberti (2012), “as entrevistas de história oral fazem parte das fontes do historiador, mas com a condição de que ele reflita sobre a construção de suas fontes. A questão central, aqui, é a do contexto de produção dos dados em história” (ALBERTI, 2012, p. 162). Desse modo, trabalharemos com a intenção de reforçar o caráter das entrevistas de história oral que produziremos com os professores de História, relacionando-as ao conceito de “narrativa” da teoria literária. Narrativa aqui não deve ser confundida com a narrativa ficcional, uma vez que estamos

lançando mão de um aparato documental constituído inicialmente pela análise prévia dos livros didáticos do período e do registro em vídeo dessas entrevistas. Desde já, esclarecemos que outros aparatos podem vir a enriquecer tal documentação como, por exemplo, notícias de jornais envolvendo o ensino da História no período da ditadura civil-militar brasileira, documentários que abordem essa época, peças teatrais, etc.

Quanto ao formato das entrevistas, os pesquisadores da área em geral trabalham com entrevistas dirigidas, não dirigidas ou semidirigidas. Matos e Senna (idem) ponderam que, enquanto a entrevista dirigida prende a testemunha num questionário preestabelecido, a não dirigida pode fazer com que a testemunha se afaste do tema. Para as autoras, a forma mais indicada é a semi-dirigida, por ser um meio termo entre a fala única da testemunha e o interrogatório direto. Quanto à avaliação das respostas, sugerem a verificação da validade das mesmas comparando-as com as de outros entrevistados; observando as dúvidas, incertezas e hesitações demonstradas pelos entrevistados. Acreditamos que o uso sequencial desses três procedimentos comparativos poderá nos garantir maior credibilidade no momento da análise dos depoimentos coletados.

4. Resultados e Discussões

Uma vez que se trata de pré-projeto apresentado ao PPG em Memória Social e Bens Culturais a pouco mais de dois meses, acreditamos que ainda não nos cabe apresentar resultados ou propor discussões.

5. Considerações Finais

Dado o fato de que o ingresso no Programa de Pós-graduação em Memória Social e Bens Culturais ocorreu a cerca de dois meses, fazemos aqui algumas considerações iniciais, pois seria prematuro tecer comentários sobre um caminho que recém começou a ser trilhado:

- produzir uma boa contextualização em termos do ensino de história nos períodos a serem focalizados nos parece essencial para a compreensão não apenas das experiências que nos forem relatadas pelos professores entrevistados, como também para o entendimento do significado de tais vivências no contexto do período pós-ditatorial;
- realizar um levantamento dos livros didáticos adotados pelos entrevistados e de sua abordagem a respeito da ditadura civil-militar, também poderá servir de base para constituição de um roteiro para as entrevistas, além de fornecer um quadro documental da abordagem didática dada ao referido período de exceção;
- selecionar alguns filmes (dramas ou documentários), obras literárias ficcionais ou mesmo reportagens de jornais e revistas que retratem a ditadura no Brasil, igualmente poderá nos proporcionar mais um ângulo para discernir, no discurso dos professores entrevistados, eventuais esquecimentos ou silenciamentos;

- aprimorar um roteiro para as entrevistas, a partir do estudo dos trabalhos já desenvolvidos nessa área, deverá nos auxiliar a conduzir esses encontros de forma a torná-los fontes valiosas para esta e outras pesquisas que darão sequência à percepção mais completa das consequências dos 21 anos de ditadura em nosso país.

Tais considerações, que certamente serão revistas e ampliadas na próxima edição deste encontro, não invalidam o propósito de tentar compreender o processo de enquadramento de memória de um período tão recente da história brasileira.

Referências

ALBERTI, Verena. De “versão” a “narrativa” no Manual de história oral. **História oral**, v. 15, n.º 2, jul-dez. 2012, p. 159-166.

FERREIRA, Elenice Silva. Memória e silenciamentos: relações de poder em uma escola pública durante o período de ditadura civil-militar no Brasil através das memórias de professores. **Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, n.º 54, jun, 2012, p. 1-12.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003, 224 p.

LOURENÇO, Elaine. O ensino de História encontra seu passado: memórias da atuação docente durante a ditadura civil-militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n.º 60, 2010, p. 97-120.

MATOS, Júlia Silveira & SENNA, Adriana Kivanski de. História oral como fonte: problemas e métodos. **Historiae**, Rio Grande, 2 (1), 2011, p. 95-108.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.º 10, dez 1993, p. 7-28.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.º 3, 1989, p. 3-15.

_____. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n.º 10, 1992, p. 200-212.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e Amado, Janaína (orgs.). **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 6.ª edição, 2005, p. 93-101.